

# Clipping ANFIP

## ÍNDICE

Outra economia é possível (Artigo).....	2
Divisão no governo explicita dilema fiscal .....	3
16/01/2012 - Polícia e Receita apreendem contrabando na região .....	4
16/01/2012 - Receita Federal deposita lote residual hoje .....	4
Fatura dividida - Painei .....	5
Invalidez por acidente de trânsito dispara .....	6
INSS reconhece que há pouca reabilitação .....	7
Dispensa de perícia começa no mês de maio .....	8
BB passa a oferecer crédito corporativo no Banco Postal.....	9
Punição e prêmio - Eliane Catanhede.....	10
Concursos públicos limitados (Artigo) .....	10
Cervejarias artesanais querem ficar de fora do aumento do ICMS.....	11
16/01/2012 - Dilma sanciona lei que define gastos da saúde .....	12
Mercado prevê PIB menor e inflação baixa.....	14
Os perigos de 2012 (Artigo) .....	15
Consumo em alta (Negócios & Cia).....	16
Atividade econômica cresce 1,15% em novembro e surpreende especialistas.....	17
Governo dificulta a transferência de recursos para ONGs (Deu no www.correiobrasiliense.com.br).....	17
Arrocho divide o governo.....	18
Evitando o pior na política (2) .....	19
Partidos receberão recursos públicos recordes em ano eleitoral .....	20
Dilma veta recriação de imposto para saúde .....	21
Notas para as agências de risco .....	22
Agência francesa prevê expansão menor para o Brasil em 2012 .....	24
Corte nos juros é unânime, mas tamanho do ajuste ainda é dúvida .....	24
Mercado reduz projeções para crescimento .....	25
Imagem política do país é aquém da econômica .....	26
Investidores ampliam aposta em câmbio.....	27
Proposta prevê reduzir IPI de game .....	28
Com crise econômica na Grécia, famílias pedem socorro a ONGs.....	29
Varejo brasileiro mira comércio em redes sociais .....	30
Juros para pessoa física têm o menor nível desde 1995.....	30

**O GLOBO | OPINIÃO**RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
17/01/2012**Outra economia é possível (Artigo)**

Outra economia é possível

RENATO CADER

Opoder público tem um papel fundamental em promover ações concretas voltadas para a sustentabilidade, e uma das formas é utilizar seu poder de compra por meio da aquisição de bens e serviços ambientalmente corretos. As compras públicas sustentáveis são um meio poderoso de estimular a produção e o consumo sustentável no país. Atualmente, fala-se muito em economia verde, economia de baixo carbono, enfim, surgem constantemente novas terminologias com objetivo de sensibilizar tomadores de decisão a promoverem o tão almejado desenvolvimento sustentável.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou neste ano um relatório sobre o assunto, no qual é destacada a necessidade de investir 2% do PIB global em dez setores chaves com projetos que poderão "esverdear" a economia. A comunidade científica receia que essa perspectiva poderá não passar de um pequeno acréscimo de alguns setores verdes que estão atualmente na moda, como moinhos eólicos, resorts ecoturísticos, pontos de reciclagem de lixo, hortas orgânicas etc - não desmerecendo o estímulo a esses novos setores, mas ressaltando que se tem relegado a segundo plano o principal, que é reduzir os padrões de produção e consumo insustentáveis.

No Brasil, estima-se que aproximadamente 15% do PIB são oriundos de compras públicas. Esse valor revela a importância que os gestores públicos têm no sentido de fomentar de fato uma nova economia com seu poder de compra. Já há no país algumas políticas e planos que refletem um avanço no sentido de fomentar a produção e consumo sustentáveis. Ocorre que tais instrumentos são baseados em orientações e recomendações, o que não significa dizer que haverá ações concretas à altura das intenções existentes nesses documentos. O Brasil vai levar à Rio+20 a proposta de um Pacto Global para a Produção e Consumo Sustentável, o que de certa forma demonstra uma postura propositiva, mas isso não será efetivado na prática se os nossos gestores não se comprometerem com o que está escrito. É necessário sair do papel e projetar ações concretas, de ordem prática.

O maior problema é que nosso país ainda carece de gestores públicos dotados de uma consciência ambiental necessária para uma real mudança de paradigma. Muitos de nossos gestores argumentam que bens e serviços sustentáveis são mais onerosos para os cofres públicos, o que é um equívoco. Se os órgãos públicos comprassem em conjunto por meio de compras compartilhadas sustentáveis, haveria ganho de escala com eficiência econômica, conciliada com menos impacto ambiental.

Uma experiência interessante, premiada recentemente no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, foi o projeto Compra Compartilhada de Almoxarifado Sustentável, coordenado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que contou com a participação de órgãos de peso e capilaridade na administração pública, tais como Fiocruz, Inpi, **Receita Federal**, UFPE, Unidade do Ministério da Agricultura, entre outros. A compra conjunta gerou uma economia de mais de 700 mil reais, correspondente a 49,89 % do valor estimado. O resultado final obtido demonstra que foi possível comprar produtos sustentáveis pelo mesmo preço e, em alguns casos, até mais barato que os produtos convencionais.

É fundamental, portanto, que o conhecimento e as experiências como essa sejam multiplicados, visando ao envolvimento da administração pública em suas diferentes esferas de atuação. Para que isso aconteça de forma mais abrangente, é necessário, sobretudo, que se tenha um Programa Interministerial de Apoio a Compras Públicas Sustentáveis, que seja elaborado em conjunto pelos ministérios do Planejamento, do Desenvolvimento e do Meio Ambiente, tendo como parceiro fundamental o Inmetro, na definição de critérios de sustentabilidade daqueles produtos e serviços que vão ser definidos nas licitações. Esse é um dos caminhos promissores para alinhar o Brasil à chamada economia verde.

RENATO CADER é gestor público, do Ministério do Planejamento.

[oglobo.com.br/opiniao](http://oglobo.com.br/opiniao)

**VALOR ECONÔMICO -SP | BRASIL**

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

17/01/2012

**Divisão no governo explicita dilema fiscal**

Por Sergio Lamucci e Tainara Machado | De São Paulo

A divisão dentro do governo sobre abrir mão do cumprimento da meta "cheia" de superávit primário para elevar o investimento, discutida em reportagem publicada ontem pelo Valor, explicita que chegou à equipe econômica um dilema apontado por boa parte dos especialistas em contas públicas.

Com a perspectiva de desaceleração das receitas e alta das despesas, parece muito difícil a União investir com mais força e ao mesmo tempo fazer uma economia para pagar os juros (o superávit primário) na casa de 3% do PIB, sem descontar gastos com investimentos. O risco, para alguns, é que essa estratégia diminua o espaço para a redução dos juros.

Segundo a reportagem do Valor que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, defende o aumento mais forte do investimento, enquanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o BC são favoráveis ao cumprimento da meta cheia, para permitir uma queda maior da Selic.

Se optar por acelerar o investimento público para impulsionar a atividade, não será possível cumprir a meta "cheia", a não ser que haja um ganho excepcional de arrecadação, acredita o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola, sócio da Tendências Consultoria. O aumento de cerca de 14% do salário mínimo vai provocar uma alta expressiva dos gastos do governo com aposentadorias e programas assistenciais, lembra ele.

O economista Mansueto Almeida, especialista em contas públicas, tem uma avaliação parecida. Não descarta o cumprimento da meta, dada a capacidade de arrecadação da **Receita Federal**, mas vê como improvável a conciliação de uma alta forte do investimento da União e a meta de superávit primário de 3% do PIB.

Para Loyola e Almeida, uma economia para pagar juros um pouco mais modesta tira algum espaço para cortar a taxa Selic, hoje em 11% ao ano. "Se elevar os investimentos à custa de uma piora do superávit primário, o governo vai exercer força expansionista na economia", diz Loyola. Além disso, o BC tem reiterado que trabalha com o cumprimento da meta cheia.

Para outro analista ouvido pelo Valor, faz sentido que Mantega, tido como flexível, esteja com uma posição mais próxima da do BC, trabalhando para que a política fiscal abra espaço para juros menores. Ele considera Barbosa como um partidário mais convicto dos benefícios de uma alta do investimento para a economia, que não veria grandes riscos de pressão de curto prazo sobre a demanda.

Para Júlio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), é natural que o debate exista dentro do governo. "O assunto está na ordem do dia." Em sua percepção, após a crise internacional iniciada em 2008, houve um esgotamento das medidas fiscais que poderiam ser adotadas para estimular a economia não apenas no Brasil, mas também em outros países.

Com isso, a política monetária, com a redução dos juros, ganhou papel mais relevante como instrumento de estímulo ao crescimento e, paralelamente, a política fiscal precisou ser menos expansionista, diz ele. Nesse quadro, o governo deve indicar que cumprirá a meta de superávit primário. "Pelo lado das expectativas, reafirmar o compromisso com a meta é muito importante para dar sustentação à trajetória de queda dos juros. Acho que a opção do governo será por reafirmar o superávit de 3% do PIB, mas claramente com uma carta no colete, que é o investimento em infraestrutura. É uma reserva que poderá usar em contexto de endurecimento do cenário externo".

O incentivo deve ser usado em duas situações, para Gomes de Almeida: caso a crise internacional se torne mais aguda ou se a desaceleração da economia se provar mais forte e duradoura do que o antecipado. Defensor dessa postura, ele admite que, se o governo decidir ampliar os investimentos públicos, não terá como cumprir a meta "cheia" de superávit primário, já que outras despesas, como as de custeio, são difíceis de ser manejadas no curto prazo. Ainda assim, avalia, como o BC olha um horizonte de tempo mais amplo para tomar decisões, isso não deve ter efeito importante sobre a condução da política monetária e o ciclo de redução dos juros.

Samuel Pessôa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), acredita que irá prevalecer, no governo, o compromisso com a meta de superávit primário, mas sem abandono dos investimentos. "A solução fiscal será acelerar a agenda de privatizações e incentivar o investimento por parte da iniciativa privada, com forte contribuição do BNDES. Aparentemente, a presidente Dilma Rousseff quer uma política fiscal sólida para abrir espaço para uma redução maior da Selic."

Mansueto vê a aceleração das concessões à iniciativa privada como uma opção para haver aumento dos investimentos e cumprimento da meta cheia de superávit primário. A questão, segundo ele, é que o governo parece pouco disposto a caminhar nessa direção.

Pessôa diz que o governo petista tem credibilidade na área fiscal: em nove anos, em apenas dois a meta não foi cumprida. A primeira, em 2009, por causa da crise global e dos incentivos concedidos para reaquecer a atividade econômica. A segunda vez foi em 2010, em decorrência do ciclo eleitoral, que, segundo Pessôa, é parte inerente ao processo democrático. "Se o governo disser que irá cumprir a meta do superávit primário, eu acredito." A maioria dos analistas, porém, não tem essa avaliação - as instituições ouvidas te pelo BC projetam 2,8% do PIB.

Em entrevista ao Valor também publicada ontem, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, diz que o principal desafio fiscal de 2012 é auxiliar o crescimento. Para Loyola, é um sinal de que o governo tem hoje um excesso de metas. Além da de inflação, a única oficial, há metas informais para crescimento, juros e câmbio, diz ele, que vê dificuldade para conciliar todas elas.

Clipping



#### PARANÁ TV 2ª EDIÇÃO - TV GLOBO PR |

RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
16/01/2012

### 16/01/2012 - Polícia e Receita apreendem contrabando na região

Em uma das apreensões os contrabandistas usaram portas de madeira, para tentar esconder 35 mil pacotes de cigarros paraguaios.

57"

Clipping



#### JORNAL COLETIVO | ECONOMIA

RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
16/01/2012

### 16/01/2012 - Receita Federal deposita lote residual hoje

Redação Jornal Coletivo

A **Receita Federal** depositou hoje a restituição do lote residual multiexercício do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (exercícios 2011, 2010, 2009 e 2008). É o primeiro lote deste ano. Ao todo, 93.757 contribuintes terão imposto a restituir, o que totalizará R\$ 195.551.542,92 a serem creditados em conta bancária.

**FOLHA DE S. PAULO - SP | PODER**COLUNA  
17/01/2012**Fatura dividida - Painei**

Questionada pela oposição, a regulamentação da emenda 29 aumenta a pressão sobre governadores e prefeitos, que esperavam mais ajuda federal no financiamento da saúde para enfrentar crescente déficit no custeio. Não obstante a frustração, o texto publicado ontem proíbe transferências voluntárias da União para os Estados e municípios que não apresentarem a prestação de contas dos gastos na área. O bloqueio, até então, era driblado por recursos aos tribunais regionais.

Os governos estaduais reclamam ainda do veto de Dilma Rousseff aos créditos adicionais que engordariam os repasses em caso de revisão para cima do PIB.

Técnico... Na conversa que teve com Dilma na semana passada, Aloizio Mercadante sugeriu três nomes para sua sucessão na Ciência e Tecnologia. O preferido do petista é o físico Marco Antonio Raupp, atual presidente da Agência Espacial Brasileira e ex-SBPC.

...ou político? O PT paulista fez chegar a Dilma o pleito em favor do retorno de Marta Suplicy à Esplanada, o que daria ao PR outra vaga no Senado e aproximaria a sigla de Fernando Haddad. Até ontem, a senadora não havia recebido sondagem formal.

Déjà-vu O recado de Dilma aos ministros na próxima segunda será semelhante ao da primeira reunião de sua equipe em 2010: ela fará pregação por eficiência e detalhará o corte no Orçamento.

Marca Ampliar o acesso da faixa de renda inferior a dois salários mínimos ao Minha Casa, Minha Vida é o principal objetivo do governo na área social em 2012.

Veneno Depois do ataque de animal não identificado a uma assessora do Senado, na sexta passada, funcionários da Casa brincavam enquanto suas salas eram visitadas pelo Centro de Controle de Zoonoses: "Se foi rato ou escorpião, não sabemos. Mas os animais peçonhentos estão rondando o plenário".

Vem aí A Mesa da Câmara não desistiu do reajuste de 30% na verba de gabinete dos 513 deputados. A depender do tamanho do contingenciamento orçamentário, o tema volta a ser debatido após o fim do recesso.

Eu sabia Pesquisa encomendada pela direção do PSD e concluída no final do ano passado identificava apelo popular em favor do endurecimento no combate às drogas em São Paulo.

#prontofalei Perfil no Twitter criado pela polícia paulista para prestar contas da ocupação da cracolândia reproduz links de textos críticos a Haddad, que, em entrevista concedida à Folha, considerou a operação "desastrada e desarticulada".

Scanner 1 A divulgação das novas regras de cadastros de ONGs no governo paulista, prevista para hoje, servirá sobretudo para destravar a assinatura de convênios, em câmera lenta desde o escândalo das emendas.

Scanner 2 Geraldo Alckmin adiou pela segunda vez a assinatura do decreto que institui a Ficha Limpa Estadual. O texto está sob análise jurídica desde novembro.

Atacado Na conversa com Lula que abriu as tratativas PSD-PT, Gilberto Kassab disse ser capaz de engajar 30 dos 55 vereadores paulistanos na campanha petista.

Veja bem A despeito de sua proximidade com o PSB de Luíza Erundina, Bruno Covas (PSDB) nega que se movimente, por ora, em busca de alianças eleitorais. "Não é o momento. Não fiz nenhum gesto nesse sentido."

Tiroteio

O governo Dilma é um no marketing e outro na prática. Fala que combate a corrupção, mas corta 60% da CGU. E diz que

segurança é prioridade, mas tira R\$ 1 bilhão do Pronasci.

DO DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB-PR), sobre o corte promovido em 2011 no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que impediu aumento da ajuda federal aos Estados -promessa eleitoral do PT.

Contraponto

Bandeira branca

Até 2003, Força Sindical e CUT faziam trajetos diferentes na marcha anual de trabalhadores, em Brasília. Rivais históricas, as centrais se uniam apenas na chegada ao Congresso. No primeiro ano do governo Lula, os dirigentes resolveram iniciar a manifestação juntos.

Em audiência, Lula quis saber de Paulinho da Força (PDT-SP) a fórmula da unidade. O pedetista respondeu:

-Mandamos fazer enorme bandeira da marcha. Quando começam as brigas, jogamos os peões lá embaixo e deixamos eles resolverem. Assim, a disputa não se espalha!

Clipping



## FOLHA DE S. PAULO - SP | MERCADO

SEGURIDADE SOCIAL

17/01/2012

### Invalidez por acidente de trânsito dispara

Maior parte dos casos é de jovens em idade economicamente produtiva; gasto previdenciário chega a R\$ 8,6 bi

Casos de invalidez permanente de vítimas do trânsito se multiplicaram por quase 5 de 2005 a 2010

ÉRICA FRAGA

DE SÃO PAULO

PAULO MUZZOLON

EDITOR-ADJUNTO DE "MERCADO"

"Sempre fui dinâmica, independente. Agora, não consigo trabalhar."

Desde que sofreu um acidente com moto, há um ano, Carlita Tarsiana Carvalho, 28, está afastada pelo **INSS**. Ela torce para recuperar os movimentos do braço esquerdo, hoje totalmente paralisado.

"Já passei por cirurgia, mas não obtive resultado algum", diz ela, que trabalhava em um supermercado, repondo mercadorias nas prateleiras.

A história de Carlita representa uma situação cada vez mais comum. Casos de invalidez permanente entre vítimas de acidentes de trânsito se multiplicaram por quase cinco entre 2005 e 2010, passando de 31 mil para 152 mil por ano.

Nos primeiros nove meses de 2011, houve novo aumento de 52%, para 166 mil, segundo números do Dpvat, seguro obrigatório pago por proprietários de automóveis.

Os dados revelam que a maioria dos acidentados

-mais de 70% dos casos em 2011- usava moto e está em plena idade economicamente ativa (entre 18 e 44 anos).

O quadro preocupa a **Previdência Social**, que teme ter de arcar com os custos de uma geração de jovens aposentados por invalidez.

"O que mais tem crescido é a concessão de aposentadoria por invalidez devido a acidentes com motos", diz Leonardo Rolim, secretário de Políticas de Previdência.

"Há trabalhadores que só contribuíram [à Previdência] por cinco anos, mas que vão receber aposentadoria por invalidez pelo resto da vida."

Projeções apontam que o **INSS** gastou R\$ 8,6 bilhões com benefícios gerados por acidentes de trânsito. A cifra representa 3,1% de todas as despesas previdenciárias.

## PREJUÍZO ECONÔMICO

O Dpvat classifica os casos de invalidez como leves, moderados e graves.

O **INSS** considera que há situações em que, depois de um período de tratamento, o beneficiário pode voltar a trabalhar, ainda que em outra função. Mas, segundo especialistas, crescem os casos em que o trabalhador acaba tendo de se aposentar.

Antônio Carlos de Souza, 49, acha que dificilmente voltará a ser motorista: "Não consigo subir escada ou dirigir, e já estou afastado há mais de três anos".

Souza dirigia o carro da empresa onde trabalha numa tarde de dezembro de 2008 quando uma Kombi o atingiu. Após o acidente em estrada entre Jundiaí e Campinas (SP), ficou com uma perna mais curta do que a outra.

Segundo Ricardo Xavier, diretor-presidente da Seguradora Líder, que administra o Dpvat, o forte aumento da frota de carros e principalmente de motos nos últimos anos explica a explosão dos casos de invalidez.

"Qualquer acidente de moto pode gerar invalidez porque o motorista é mais vulnerável", afirma Xavier.

De 2001 a 2011, as vendas de motos quase triplicaram, chegando a 1,94 milhão no ano passado. Em 2011, as vendas de carros atingiram 2,65 milhões de unidades, pouco mais que o dobro das de 2001.

O engenheiro e sociólogo Eduardo Vasconcellos diz que a explosão dos casos de invalidez gerados por acidentes com moto representa um prejuízo para os acidentados e para a economia do país.

Ele diz que o cenário de acidentes com motos tende a piorar ainda mais nos próximos anos. "Existe um grande desafio que é o que fazer com as motocicletas."

A preocupação com o problema levou a Previdência a reivindicar participação no Contran (Conselho Nacional de Trânsito) para participar da discussão e da elaboração das políticas de trânsito.

Clipping



FOLHA DE S. PAULO - SP | MERCADO

SEGURIDADE SOCIAL  
17/01/2012

**INSS reconhece que há pouca reabilitação**

DE SÃO PAULO

Gastos com benefícios devidos a acidentes de trânsito tendem a aumentar devido à falta de programas de reabilitação.

O problema é a escassez de estrutura e de peritos do **INSS**, diz o advogado Theodoro Vicente Agostinho, sócio do Raeffray Brugioni Advogados e integrante da Comissão de **Seguridade Social** da OAB-SP.

"A reabilitação existe na lei. Na prática, vemos muito pouco isso", afirma.

Essa escassez impede o censo da invalidez -convocação dos aposentados por invalidez, prevista em lei, para nova perícia que avalie se têm condições de retornar ao trabalho.

"Se for constatado que o retorno ao trabalho é possível, o benefício pode ser cancelado", diz.

O secretário de Políticas de **Previdência Social**, Leonardo Rolim, reconhece que a reabilitação está defasada, mas afirma que o **INSS** está estudando a reestruturação do sistema.

Segundo ele, há um projeto-piloto em São João da Boa Vista (SP), em parceria com o Senai, que vem apresentando bons resultados. "O **INSS** paga próteses, quando necessário, e a reabilitação é feita pelo Senai", diz. A expectativa é levar esse sistema de parcerias para todo o país.

"A reabilitação tem ser rápida, para que o trabalhador possa retornar o mais rápido possível ao mercado", afirma Rolim.

O segundo passo é a realização do censo. Hoje, cerca de 3 milhões de beneficiários recebem a aposentadoria por invalidez.

Em tese, todos deveriam passar por uma nova perícia médica.

(PM)

Clipping



## FOLHA DE S. PAULO - SP | MERCADO

SEGURIDADE SOCIAL  
17/01/2012

### Dispensa de perícia começa no mês de maio

ANDREZA MATAIS

SIMONE IGLESIAS

DE BRASÍLIA

O governo vai dispensar a realização de perícia médica para a concessão do auxílio-doença quando o período de afastamento for de até 60 dias. O presidente do **INSS**, Mauro Hauschild, antecipou à Folha que a medida entrará em vigor a partir de maio em cinco cidades, num projeto-piloto na região Sul. Até 2013, valerá em todo o país.

Bastará o médico preencher um atestado do Instituto Nacional do Seguro Social, que será encaminhado eletronicamente para o sistema da Previdência. O benefício será liberado automaticamente. Os atestados levarão uma certificação digital para tentar impedir fraudes. Atualmente, 42% das concessões de auxílio-doença são para pedidos de até 60 dias.

O tempo médio de espera hoje para a liberação do auxílio, segundo Hauschild, é de 23 dias. Há cidades, no entanto, como Porto Alegre, em que a espera é de 60 dias. São Paulo está na média nacional. O governo deve deixar de fazer 1,5 milhão de

perícias/ano -hoje são 700 mil/mês.

Hauschild disse que a medida está sendo tomada porque o total de peritos (4.600) não atende a demanda, entre outras razões: "Quando o afastamento é de até 60 dias, o papel do perito é de ratificar decisão médica".

Não terão direito à dispensa da perícia trabalhadores que contribuem de forma facultativa ao **INSS** e os que buscam o auxílio por causa de acidente de trabalho.

A dispensa da perícia já é adotada em países como França, Espanha, Japão e EUA, segundo o **INSS**.

O valor do benefício equivale a 91% da renda média do trabalhador até o limite de R\$ 3.916 -o teto da Previdência.

## DOMÉSTICAS

O Ministério da Previdência confirmou que estuda medidas para tirar da informalidade o empregado doméstico. Uma das hipóteses é anistiar os patrões de pagamentos atrasados do **INSS**.

Colaborou PRISCILLA OLIVEIRA

Clipping



## VALOR ECONÔMICO -SP | FINANÇAS

SEGURIDADE SOCIAL  
17/01/2012

### BB passa a oferecer crédito corporativo no Banco Postal

Por Murilo Rodrigues Alves | De São Paulo

O Banco do Brasil (BB) divulgou que foram abertas 75 mil contas no Banco Postal nos 15 primeiros dias de funcionamento da parceria com os Correios. O número corresponde a 65% do total de contas abertas no período por toda a rede do BB.

Entre as contas abertas, 500 são de pessoa jurídica. A abertura de contas para empresas já era feita pelo Bradesco, mas com a parceria com o BB passou a ser oferecido também crédito a pessoa jurídica por meio do canal.

Os números foram divulgados ontem pelo vice-presidente de varejo, distribuição e operações do BB, Dan Conrado, durante inauguração de uma agência dos Correios no prédio sede do Banco do Brasil, em Brasília.

Para 2012, a meta é receber 2,2 milhões de pedidos de abertura de contas. Segundo o vice-presidente de negócios dos Correios, José Furian Filho, se for cumprida, o Banco do Brasil vai dobrar o número de contas que eram abertas por ano, em média, pelo Bradesco (1,1 milhão).

Até sexta-feira, foram realizadas 3,5 milhões de transações, como saques, depósitos e pagamentos de contas. O volume acumulado no período ultrapassou R\$ 600 milhões. Segundo o BB, 42 mil beneficiários do **INSS** que recebem os benefícios pelo banco utilizaram as instalações dos Correios para receber seus pagamentos.

O Banco Postal recebeu mais de 1 milhão de convênios, 260 mil títulos do BB e 680 mil títulos de outros bancos, somando um total de R\$ 271 milhões.

Em maio do ano passado, o BB venceu o leilão, com lance de R\$ 2,3 bilhões, o que garantiu o direito de assumir o lugar que era do Bradesco desde 2002. Com as mais de 6 mil agências do Banco Postal, presente em 95% do território nacional, o BB ultrapassa a marca de 16 mil pontos de atendimento no país.

**FOLHA DE S. PAULO - SP | OPINIÃO**SERVIDOR PÚBLICO  
17/01/2012**Punição e prêmio - Eliane Catanhede**

BRASÍLIA - A maior pena prevista na Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, é a aposentadoria compulsória. Um juiz mal intencionado pode fazer o que bem entender, inclusive vender sentenças e, no máximo, irá para a casa, talvez constrangido, mas com contas bancárias gordas e garantidas para sempre.

Como bem disse à Folha o novo secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano, isso precisa ser discutido. Por óbvio. "A aposentadoria não é tida juridicamente como punição. Pelo contrário, é um direito."

Na verdade, aposentadoria não é punição -nem jurídica nem real- nem aqui nem na China. E, no caso de juízes que cometam irregularidades, não é um direito, mas um prêmio, um privilégio, uma forma de amenizar o escândalo e todos lavarem as mãos.

Caetano lembrou que, no caso dos (demais) servidores públicos, quem deve pagar com demissão. "Punição é demissão", disse. Ou, como já especificara a ministra Eliana Calmon: "Tem de mexer no bolso".

Avança assim a discussão sobre a falta de transparência do Judi-

ciário, Poder que tem de estar acima de qualquer suspeita, pois analisa, julga e, eventualmente, condena tudo e todos, inclusive ministros, altos funcionários, deputados e senadores -ou seja, de certa forma, está acima do Legislativo e do Executivo.

Nesse contexto, é inviável manter abertas as "operações atípicas" de mais de R\$ 800 milhões assombrando juízes e servidores do Judiciário. É preciso exorcizar: separar o legal do ilegal e, nesse caso, mostrar quem, como, onde e por quê.

Pelo país afora, juízes reclamam da "generalização que a imprensa está fazendo". Mas não é a imprensa. O que generaliza o que não é geral é a impunidade, o jeitinho da "aposentadoria", a cultura de deixar pra lá e o medo do julgamento da sociedade. A transparência não é contra, mas, sim, a favor dos juízes. Que não paguem os justos pelos pecadores.

elianec@uol.com.br

**BRASIL ECONÔMICO | PONTO FINAL**SERVIDOR PÚBLICO  
17/01/2012**Concursos públicos limitados (Artigo)**

Ronaldo Mota, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Brasil tem hoje pouco mais de 3% de sua população cursando ensino superior.

O número de profissionais ativos formados não é muito superior ao de estudantes nesse nível, sendo que o total somado entre estudantes e formados é ainda abaixo de 10% dos habitantes. Tal percentual é inferior à média dos países vizinhos e muito distante das nações mais avançadas com as quais competimos. Qualquer que seja o significado que se confira à palavra elite, de natureza intelectual ou financeira, há uma enorme concentração de possibilidades de iniciativas e lideranças nesse segmento populacional tão restrito. É reconhecido por quem atua na área que uma das principais estratégias de quem está concluindo educação superior ou se formou recentemente tem sido preparar-se para realizar concursos públicos.

Nossos jovens são atraídos pela promessa de estabilidade e pela expectativa, nem sempre verdadeira, de melhores salários.

A escolha individual pela carreira de **SERVIDOR PÚBLICO** é legítima e a burocracia estatal tem sido um dos alicerces responsáveis pela consolidação de um Estado moderno. No entanto, aquilo que singularmente é compreensível, enquanto promessa para atendimento de gerações futuras, se torna algo insustentável e indesejável. Especialmente se patrocinado por falsas promessas e expectativas, mesmo porque, entre outros motivos, os concursos públicos tendem a ser cada vez mais seletivos e exclusivos em áreas estratégicas de governo.

O que presenciamos muitas vezes é um cenário de adolescência prolongada, onde parte significativa dos formandos e formados, que deveriam dar espaços às inúmeras oportunidades de expressar seus talentos e transformar suas ideias em empresas, finda sustentando uma indústria de cursos preparatórios para concursos públicos. Na prática, somente um percentual mínimo logra aprovação, em geral no Executivo em carreiras menos atrativas e na maioria das vezes em nível médio. Resultado, mesmo aqueles aprovados se frustram, salvo honrosas exceções, e muitas vezes se recusam a realizar as tarefas para as quais foram selecionados. Vários gastam o tempo, inclusive do expediente, para se preparar, numa roda-viva infinda, para outros concursos em setores supostamente mais atraentes do Legislativo ou Judiciário.

Simultaneamente, o Brasil apresenta indicadores de estabilidade política, pleno equacionamento macroeconômico e outros predicados que garantem competir pela liderança mundial em termos de atração de investimentos estrangeiros qualificados. O resultado lógico é que para boas ideias e jovens talentosos não faltarão recursos e oportunidades. As empresas inovadoras, especialmente aquelas fruto de profissionais competentes e de formações acadêmicas complementares, terão pela frente um cenário incomparavelmente melhor. Essas empresas, em seu conjunto e dentro de um fenômeno coletivo e cooperativo, serão o principal alicerce de um crescimento econômico e social sustentável.

-----

O que presenciamos muitas vezes é um cenário de adolescência prolongada, onde parte dos formandos e formados sustenta uma indústria de cursos preparatórios



## O TEMPO - MG | ECONOMIA

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  
17/01/2012

### Cervejarias artesanais querem ficar de fora do aumento do ICMS

Com elevação da alíquota, cervejas tradicionais devem subir R\$ 0,05

PEDRO GROSSI

A nova alíquota de ICMS, que desde 1º de janeiro passou a incidir sobre a cerveja vendida no Estado, não afeta somente o consumidor, que é quem vai arcar com o aumento, mas principalmente as cervejarias artesanais. Para os grandes produtores, o repasse é de cerca de 30%. Já os artesanais, com uma escala de produção menor e custos maiores, têm que repassar até 67% do valor da venda para pagar **Tributos**. O setor reivindica tratamento diferenciado.

O imposto estadual passou de 18% para 20% após a publicação de uma lei do Executivo que pretende usar o aumento da arrecadação para a criação de um Fundo de Erradicação da Miséria (FEM). A estratégia do governo foi a de sobretaxar

produtos considerados supérfluos, como cerveja, tabaco e armas, e reduzir a alíquota de outros produtos tidos como essenciais, como itens da cesta básica e materiais de construção. A expectativa do governo é de incrementar a arrecadação em R\$ 200 milhões com as novas medidas.

Segundo o diretor do Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (Sindibebidas-MG), Marco Antonio Falcone, a contribuição das cervejarias artesanais nesse montante será irrisória (cerca de 0,2%). De acordo com ele, não há justificativa para que os pequenos produtores não tenham tratamento diferenciado, a exemplo do que aconteceu com os produtores artesanais de cachaça, que não foram incluídos na alta do ICMS. "Na Irlanda, por exemplo, as pequenas cervejarias são isentas dos **impostos** até o quinto ano de existência.

Aqui, a empresa já nasce sufocada pela alta carga tributária. É um desestímulo para o produtor", reclama Falcone, que além de diretor sindical é proprietário da cervejaria Falke Bier.

Alta. Ainda de acordo com a estimativa do Sindibebidas, a alta de dois pontos percentuais na alíquota de ICMS deve encarecer o preço das cervejas tradicionais fabricadas por grandes marcas em cerca de R\$0,05. Entre as artesanais, é difícil mensurar a alta, já que os produtos são diferenciados e de custos diferentes, diz Falcone.

Verão

### Bebidas têm até 76% de **impostos**

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que a carga tributária nos "produtos de verão" é, em média, de 41,7%. Dos dezessete itens pesquisados, o que apresentou maior percentual de **Tributos** foi a capirinha (76,66%), seguido pela cerveja (55,6%).

Segundo a vice-presidente do IBPT, Letícia do Amaral, as bebidas alcoólicas possuem alíquotas de IPI e de Imposto de Importação mais altos. "A maior parte dos **Tributos** é federal e é a mesma alíquota para todos os artigos. Na esfera da União, a diferença acontece é no IPI e no Imposto de Importação", explica.

De acordo com a especialista, a alíquota do imposto de importação tem que ser "de acordo com a essencialidade" do produto e o IPI varia de acordo com a estratégia do governo de beneficiar determinados setores da indústria.

Entre os produtos mais consumidos durante o verão, o que vai determinar o peso da carga tributária são os custos de produção. Quanto menores forem os custos, menor tende a ser o peso do imposto no preço final. Já produtos fabricados em escala menor tendem a ter mais de 50% do valor final do produto referente a **impostos**. "Como no verão, o consumo de certos produtos supérfluos e de fabricação sazonal é maior, o peso dos **impostos** pesa mais no bolso", diz Letícia. (PG)

Clipping



### CORREIO POPULAR - RO | NOTÍCIAS

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  
16/01/2012

## 16/01/2012 - Dilma sanciona lei que define gastos da saúde

A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, nesta segunda-feira (16), a Lei Complementar nº 141, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, aprovada pelo Congresso em dezembro. O texto define claramente o que deve ser considerado gasto em saúde e fixa os percentuais mínimos de investimento na área pela União, Estados e Municípios.

Fica mantida a regra aprovada pelo Congresso que obriga a União a aplicar na saúde o valor empenhado no ano anterior, mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Já os estados deverão investir 12% de sua receita, enquanto os municípios devem investir 15%. E os percentuais de aplicação pelo Distrito Federal ficarão entre 12% e 15% (a depender se a receita for originária de tributo estadual ou municipal).

Além de estabelecer os gastos mínimos na saúde, a nova lei define que os recursos aplicados no setor sejam destinados às

"ações e serviços públicos de acesso universal, igualitário e gratuito". São considerados gastos em saúde a compra e distribuição de medicamentos, gestão do sistema público de saúde, desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovido por instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros. Gastos em ações de saneamento básico, compra de merenda escolar, ações de assistência social, pagamento de aposentadorias e pensões, por exemplo, não podem ser considerados investimentos em saúde.

"A nova regra contribuirá para combater desperdícios, melhorar controle dos gastos e aumentar fiscalização de recursos aplicados no setor", afirma o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

VETO - A presidenta vetou 15 dispositivos da lei que regulamenta a chamada Emenda 29, que fixa os gastos mínimos da União, dos estados e municípios com a saúde pública.

Um dos vetos impede que governo federal aplique créditos adicionais. Pela lei, a União deve investir o montante do ano anterior somado à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB), regra também aprovada pelo Congresso Nacional.

"O Produto Interno Bruto apurado a cada ano passa por revisões periódicas nos anos seguintes, conforme metodologia específica, de modo que a necessidade de constante alteração nos valores a serem destinados à saúde pela União pode gerar instabilidade na gestão fiscal e orçamentária", diz a justificativa do veto, sugerido pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

A lei estabelece ainda que, em caso de PIB negativo, o valor de investimento não pode ser reduzido no ano seguinte.

Outros dispositivos vetados previam o retorno da Contribuição Social à Saúde (CSS), imposto que foi derrubado durante a votação da regulamentação no Parlamento.

Conforme as regras sancionadas pela presidenta, os estados são obrigados a investir 12% da arrecadação com **impostos** e os municípios, 15%. O percentual para o Distrito Federal varia de 12% a 15%, conforme a fonte da receita, se é um tributo estadual ou distrital.

Ficou definido também que o dinheiro será investido em "ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito" e em metas previstas nos "planos de saúde de cada ente da federação", como programas de controle sanitário e de epidemias, compra de medicamentos e equipamentos médicos, reforma de unidades de saúde, desenvolvimento tecnológico e capacitação de pessoal.

Os recursos não são autorizados para pagamento de aposentadoria e pensões, merenda escolar, limpeza urbana, preservação ambiental e assistência social. Outro trecho da lei prevê como será a fiscalização dos recursos.

A Emenda à Constituição nº 29 foi promulgada em 2007, mas precisava de uma lei de regulamentação para ser executada. A lei foi aprovada em dezembro do ano passado pelo Congresso Nacional.

Dilma fará reunião com ministros na próxima semana

A presidenta Dilma Rousseff fará na próxima semana a primeira reunião ministerial do ano, com titulares das 38 pastas do governo. É a segunda vez que Dilma reunirá todos os ministros. Em 2011, o encontro ocorreu apenas uma vez, em 14 de janeiro.

A reunião está programada para a próxima segunda-feira (23). Antes, ministros de áreas afins farão encontros setoriais, para adiantar o que será apresentado no encontro geral. As reuniões setoriais devem ocorrer entre a quinta-feira (19) e a sexta-feira (20), de acordo com o Palácio do Planalto.

As reuniões prévias com os ministérios estão divididas em grupos setoriais com temas como infraestrutura, economia, direitos humanos e políticas sociais. A reunião ministerial deve ser a última com a atual equipe, já que alguns ministros devem deixar o governo para concorrer às eleições municipais, entre eles o ministro da Educação, Fernando Haddad, que deve ser candidato em São Paulo, e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, que deverá concorrer à prefeitura de Vitória.

**O ESTADO DE S. PAULO - SP | ECONOMIA E NEGÓCIOS**

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

17/01/2012

**Mercado prevê PIB menor e inflação baixa**

Relatório Focus mantém estimativa de preços em queda pela sétima semana consecutiva

Célia Froufe / BRASÍLIA

Na semana em que o Banco Central definirá o rumo da taxa básica de juros, o mercado financeiro passou a contar com um pouco mais de alívio para a inflação. Tanto para o curto prazo (o primeiro bimestre) quanto para o ano. Por outro lado, as projeções dos analistas também arrefeceram nesse horizonte para os dados sobre a atividade do País.

O IPCA, que é o índice "oficial" de inflação, deve ficar em 5,3% este ano, de acordo com o levantamento feito pelo BC com cerca de 100 instituições financeiras.

A redução é pequena em relação à semana anterior, quando estava em 5,31%, mas é a sétima vez consecutiva em que há mudança para baixo. Há um mês, a expectativa era de que o índice fechasse o ano em 5,39%.

Mesmo aguardando uma inflação mensal elevada no início do ano, provocada pelos preços dos alimentos e pelos reajustes de **impostos** e da matrícula escolar, o mercado melhorou a previsão para o IPCA. Para janeiro, os analistas reduziram de 0,59% para 0,57%. Para fevereiro, o recuo foi de 0,6% para 0,59%, segundo o relatório Focus.

O ano de 2013 começou a ser destaque ontem no relatório do BC. Apesar disso, a projeção de que o IPCA fechará em 5% no ano que vem já se mantém há sete semanas. Já para o IGP-M, houve alta de 4,92% para 4,94% de uma semana para outra. Há um mês, a taxa estava em 4,8%.

Atividade. As expectativas para o comportamento da atividade também foram reduzidas para este ano. O Produto Interno Bruto (PIB) terá expansão de 3,27% em 2012, segundo os economistas, ante prognóstico da semana anterior de que encerraria o ano em 3,3%. Há quatro semanas, eles previam crescimento de 3,4%. Muito desse arrefecimento pode ser atribuído à indústria.

Isso porque os analistas acreditam que a produção do setor terá menos fôlego este ano do que o projetado há uma semana. Segundo o relatório Focus, a previsão de crescimento caiu de 3,43% para 3,31% no período - há um mês estava em 3,46%. Para 2013, o mercado espera que a produção industrial avance 4%.

Essa estimativa vem sendo colhida pela autoridade monetária há seis semanas. No caso do PIB, a projeção é a de que a expansão seja de 4,2%, como já constava na semana passada. Há um mês, no entanto, a expectativa era de um crescimento de 4,4%.

Com esse cenário para inflação e atividade, o mercado concluiu que a Selic encerrará 2012 em 9,5% ao ano, mas voltará a subir no ano que vem, terminando 2013 em 10,25% ao ano. Para a reunião de quarta-feira, os analistas ainda contam com um recuo de 0,5 ponto, para 10,5% ao ano.

O economista da Rosenberg & Associados Daniel Lima avaliou que as reduções nos indicadores de inflação para este ano são consequência do ritmo mais lento da atividade doméstica. "Acredito que o movimento de baixa continue a ocorrer nas próximas semanas, de degrau em degrau", comentou. A consultoria prevê que o IPCA feche 2012 em 6%, o que significa leve desaceleração em relação a 2011 (6,5%). Para o PIB, projeta expansão de 3%.

-----

**Projeções do mercado**

5,3% é a previsão para o IPCA, que mede a inflação oficial, este ano

3,27% é a estimativa de crescimento do PIB para este ano; para 2014, previsão é de 4%

**O ESTADO DE S. PAULO - SP | ECONOMIA E NEGÓCIOS**TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  
17/01/2012**Os perigos de 2012 (Artigo)**

Os países emergentes, que enfrentaram com sucesso as tempestades de 2008 e 2009, poderão não lidar tão bem com os problemas futuros

JOSEPH E. STIGLITZ PROJECT SYNDICATE

O ano de 2011 será lembrado como o período em que muitos americanos otimistas incorrigíveis começaram a perder as esperanças. O presidente John F. Kennedy certa vez disse que uma maré crescente levanta todos os barcos. Agora, porém, na maré vazante, os americanos estão começando a perceber não só que aqueles com os mastros mais altos foram elevados bem mais alto, mas também que muitos dos barcos menores foram feitos em pedaços na esteira deles.

Naquele breve momento em que a maré crescente estava realmente crescendo, milhões de pessoas acreditaram que poderiam ter uma chance justa de realizar o "sonho americano".

Agora, esses sonhos também estão se desfazendo. Em 2011, as poupanças dos que perderam o emprego em 2008 e 2009 foram gastas. Os freios para controlar o desemprego haviam se esgotado. As manchetes anunciavam novas contratações - ainda insuficientes para alcançar o número dos que teriam entrado normalmente na força de trabalho -, que significaram pouco para as pessoas com 50 anos ou mais com pouca expectativa de conseguir um novo emprego algum dia.

Aliás, as pessoas de meia idade que achavam que ficariam desempregadas por alguns meses, agora perceberam que estavam, de fato, compulsoriamente aposentadas. Jovens que se formaram na universidade ao preço de dezenas de milhares de dólares de crédito educativo não conseguem encontrar nenhum emprego. Pessoas que ficaram sem teto foram morar com amigos e parentes.

Casas adquiridas durante o boom imobiliário ainda estão no mercado ou foram vendidas com prejuízo. Mais de 7 milhões de famílias americanas perderam as casas. O lado escuro do boom financeiro da década anterior ficou plenamente exposto na Europa também.

As hesitações sobre a Grécia e a devoção à austeridade de governos nacionais importantes começaram a cobrar um alto preço no ano passado. O contágio se espalhou para a Itália. O desemprego na Espanha, que já chegara perto de 20% desde o início da recessão, subiu ainda mais. O impensável - o fim do euro - começou a parecer uma possibilidade real.

Este ano promete ser ainda pior. É possível, é claro, que os Estados Unidos resolvam seus problemas políticos e, finalmente, adotem as medidas de estímulo de que necessitam para reduzir o desemprego para 6% ou 7% (o nível de 4% ou 5% de antes da crise é bom demais para se sonhar).

Mas isso é tão improvável quanto a Europa descobrir que essa austeridade apenas não resolverá seus problemas. Ao contrário, a austeridade só exacerbará a desaceleração econômica.

Sem crescimento, a crise da dívida e a crise do euro só se agravarão. E a longa crise que começou como colapso da bolha imobiliária em 2007 e a recessão subsequente continuará.

Ademais, os principais países de mercados emergentes, que transitaram com sucesso pelas tempestades de 2008 e 2009, poderão não lidar tão bem com os problemas que despontam no horizonte. O crescimento do Brasil já está paralisado, alimentando ansiedades em seus vizinhos na América Latina.

Enquanto isso, os problemas de longo prazo - incluindo mudança climática e outras ameaças ambientais, e o aumento da desigualdade na maioria dos países do mundo - não desapareceram. Alguns se tornaram mais graves. Por exemplo, o desemprego elevado fez deprimir salários e aumentar a pobreza.

A boa nova é que o enfrentamento desses problemas de longo prazo poderia realmente ajudar a resolver os problemas de curto prazo. O aumento dos investimentos para reajustar a economia para o aquecimento global ajudaria a estimular a

atividade econômica, o crescimento e a criação de emprego.

Uma taxaço mais progressiva, redistribuindo de fato a renda do topo para o meio e a base, simultaneamente reduziria a desigualdade e aumentaria o emprego com o fortalecimento da demanda total. **impostos** mais altos no topo poderiam aumentar a receita fiscal para financiar o necessário investimento público, e prover alguma prote o social aos que estão na base, incluindo os desempregados.

Mesmo sem alargar o déficit fiscal, os aumentos de **impostos** e de gastos nesse "orçamento equilibrado" reduziram o desemprego e aumentariam a produ o.

O senão, porém,   que política e ideologia nos dois lados do Atlântico, mas especialmente nos Estados Unidos, não permitirão que nada disso ocorra. A fixa o no déficit induzir  a cortes nos gastos sociais, agravando a desigualdade. Da mesma maneira, a atra o duradoura pela economia do lado da oferta, apesar de todas as evidências em contrário (em especial, num período em que há um alto desemprego), impedir  a eleva o dos **impostos** no topo.

Antes mesmo da crise, havia um reequilíbrio do poder econômico - de fato, uma corre o de uma anomalia histórica de 200 anos, em que a participa o da Ásia no Produto Interno Bruto global caiu de quase 50% para, em certo ponto, menos de 10%.

O compromisso pragmático com o crescimento que hoje se vê na Ásia e em outros mercados emergentes contrasta com as políticas desorientadas do Ocidente que, impelidas por uma combina o de ideologia com interesses adquiridos, quase parecem refletir um compromisso com o não crescimento.

Por consequência, um reequilíbrio econômico global provavelmente vai se acelerar, quase inevitavelmente alimentando tensões políticas. Com todos os problemas que a economia global já se depara, teremos sorte se essas tensões não começarem a se manifestar nos próximos 12 meses.

TRADU O DE CELSO PACIORNIK

  PR MIO NOBEL DE ECONOMIA E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE COL MBIA

Clipping



**O GLOBO | ECONOMIA**

TRIBUTOS - CONTRIBUI ES E IMPOSTOS  
17/01/2012

### Consumo em alta (Negócios & Cia)

Cresceu o otimismo das famílias brasileiras neste início de ano. O dado está em pesquisa de Inten o de consumo das Famílias (ICF), que a CNC divulga hoje. O nível de consumo atual subiu 4,1% este mês, sobre dezembro. O período   tradicionalmente de recuo, por conta de gastos com escola e **impostos**.   efeito do aumento da massa salarial.

Clipping



## Atividade econômica cresce 1,15% em novembro e surpreende especialistas

Atividade econômica cresce 1,15% em novembro e surpreende especialistas

Após 3 meses de queda, índice avança e mercado projeta expansão maior

Gabriela Valente valente@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. Na semana em que o Comitê de Política Monetária (Copom) decidirá os próximos passos da política de combate à inflação, um indicador do próprio Banco Central (BC) dá uma reviravolta e surpreende o mercado com a informação de que a economia brasileira não apenas voltou a crescer em novembro, mas com mais força do que o esperado. Depois de três meses seguidos de queda, o índice de atividade econômica da autoridade monetária (IBC-Br) registrou alta de 1,15% na comparação com o mês anterior. Analistas já dizem que o impacto no crescimento deste ano será mais forte que o projetado antes pelo efeito de "carregamento" que há de um ano para outro.

A expectativa de parte do mercado era de uma alta de 0,9%. O número divulgado ontem pelo BC influenciou os negócios feitos no mercado futuro de juros, porque inverteu quedas anteriores: 0,5% em outubro, 0,06% em setembro e 0,54% em agosto (na comparação com o mês imediatamente anterior). De janeiro a novembro do ano passado, o crescimento foi de 2,88%.

- O número não muda o cenário dos analistas para os cortes de juros, mas mostra que o crescimento não será tão baixo quanto previa o mercado. O resultado superou as projeção dos analistas, mas veio em linha com a expectativa do BC - afirmou o economista da corretora Prosper, Eduardo Velho.

Analistas agora preveem 4º trimestre melhor

Segundo ele, a tendência é de um quarto trimestre com mais crescimento que o previsto. O analista lembrou que nas estatísticas do último mês do ano estarão refletidos o aquecimento maior do comércio, principalmente o de eletrodomésticos, por causa da retirada de **impostos** sobre a linha branca. A medida foi tomada em dezembro do ano passado pelo governo para estimular o consumo e tentar proteger o país dos efeitos da crise financeira mundial.

Eduardo Velho calcula que, a partir do segundo trimestre, o país terá retomado um ritmo forte e crescerá a uma taxa que, anualizada, ficaria em torno de 5%. A sua aposta é que o Brasil encerre o ano com um crescimento de 3,5%.

Para Flávio Serrano, economista do Banco Espírito Santo (BES), a informação do crescimento em novembro aniquila a hipótese de um crescimento negativo no último trimestre e deve fazer com que a expansão neste início de ano seja mais forte que o previsto anteriormente.

- Isso mostrou que houve uma preocupação exagerada do mercado - disse o analista.

Ele justificou que as previsões se pautaram pelo comportamento da indústria brasileira que está patinando em meio aos péssimos resultados recentes. Entretanto, não levaram em consideração o bom desempenho do setor varejista, que se manteve robusto ao longo do tempo.

Clipping



O repasse de recursos federais para organizações não governamentais (ONGs) terá de ser feito a partir de agora pelo Sistema de Convênios do Governo Federal (Sinconv). As regras anunciadas pelo governo federal visam a diminuição de irregularidades apontadas em convênios firmados por ministérios com entidades sem fins lucrativos. As ONGs precisarão comprovar funcionamento regular nos três anos anteriores ao credenciamento e as ações de liberação de recursos, fiscalização, execução e prestação de contas serão analisadas diretamente no Sinconv. Segundo o Ministério do Planejamento, o sistema permitirá maior transparência sobre a utilização de recursos, aumento controle do gasto público e agilidade na fiscalização. O Sinconv é aberto para consulta pública.



## CORREIO BRAZILIENSE - DF | ECONOMIA

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

17/01/2012

[Imagem 1](#)

### Arrocho divide o governo

Às vésperas de bater o martelo em torno da política econômica no segundo ano de mandato, o governo aposta as fichas no aumento da arrecadação de **impostos** para poupar o equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) - e, dessa forma, cumprir a meta de superavit nas contas públicas -, sem sacrificar os investimentos. Esse virou o principal nó a ser desatado pela presidente Dilma Rousseff, que deve definir em até 15 dias o tamanho do corte no Orçamento de 2012. No Palácio do Planalto, há uma clara noção de que o desempenho fraco de 2011, período no qual os investimentos caíram 8,7% em termos reais, não pode ser repetido.

Em contrapartida, há a preocupação de manter o compromisso fiscal, fazendo um arrocho efetivo nos gastos. O controle das despesas será necessário para permitir a continuidade da queda dos juros básicos e facilitar o crescimento da economia.

O incômodo é tanto que Dilma convocou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para uma audiência, ontem, antes mesmo de a chefe da pasta retornar ao seu gabinete, após as férias. A intenção da presidente era, ao lado da chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ponderar as avaliações vindas do Ministério da Fazenda, no qual se estabeleceu uma disputa velada entre o ministro Guido Mantega e o secretário executivo, Nelson Barbosa. Mantega defende o bloqueio entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões do Orçamento para cumprir o superavit. O secretário, porém, fala em ampliação dos investimentos, mesmo em detrimento da meta completa - embora publicamente concorde com a economia cheia de 3,1% do PIB.

Interessada em desestimular a divisão, Dilma tenta conciliar a retomada dos investimentos com a meta fiscal. "Uma ação não anula necessariamente a outra. O governo sabe que as obras de infraestrutura sofreram no ano passado, mas a culpa não foi toda do contingenciamento. Se as receitas surpreenderem novamente, dá para fechar a conta mantendo os investimentos, o superavit fiscal e o corte orçamentário", estimou um assessor com trânsito no Palácio do Planalto.

Para os economistas, não será fácil resolver a equação. "É preciso conceder o benefício da dúvida, mas cortar R\$ 60 bilhões ou mais do orçamento, cumprir o superavit todo e acelerar o investimento é pouco crível", ponderou Felipe Salto, da consultoria Tendências. Em sua avaliação, algumas receitas extraordinárias, como o pagamento de dividendos das empresas nas quais o governo tem participação ou a incorporação de depósitos judiciais poderiam compensar os gastos com investimentos e a fatura do aumento do salário mínimo.

Nos cálculos de Salto, entretanto, deve prevalecer a lógica de despesas maiores e um saldo nas contas de, no máximo, 2,6% do PIB. "Para Dilma, o problema político será menor dessa forma, porque ela poderia justificar o superavit inferior com mais obras espalhadas pelo país.

Embora seja mais facilmente reconhecida pela população, no entanto, essa postura atrapalhará o Banco Central no corte juros", comentou. A legislação permite que o governo desconte os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, ainda assim, a meta é considerada cumprida.

Em consonância com Mantega, o BC pressiona o governo para um corte expressivo no Orçamento e um controle maior nos

gastos, como forma de manter os juros reais em um nível mais baixo por um período longo. Em um estudo publicado em dezembro, o órgão deixou claro que a redução no ritmo de expansão das despesas é mais eficiente no controle da inflação do que o ajuste feito com base no aumento da arrecadação.

Técnicos da Fazenda argumentam que as despesas com pessoal em 2011 cresceram menos do que o PIB. "Não podemos esquecer que o controle está sendo feito e muito menos ignorar que dois anos de gastos menores com pessoal vão fazer diferença no resultado fiscal", destacou um deles.

## Injeção

Embora aumente o peso da folha de pagamento, o reajuste de mais de 14% do salário mínimo está sendo encarado pelo governo como uma mola propulsora da atividade no início de 2012. Depois da estagnação da economia no terceiro trimestre de 2011, essa é uma das apostas para a retomada do crescimento. "Há o efeito negativo nos gastos da máquina, mas também uma consequência positiva, que vai ajudar na recuperação neste trimestre", comentou um assessor da Fazenda. A estimativa é de que R\$ 63 bilhões sejam injetados no mercado consumidor com o ajuste do mínimo.

Clipping



## BRASIL ECONÔMICO | OPINIÃO

POLITICA  
17/01/2012

### Evitando o pior na política (2)

Murillo de Aragão Cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas

Nos bastidores da política nacional existe uma percepção de que é inevitável que a base política do governo rache com vistas à sucessão de 2014. Tal percepção fundamenta-se no fato de que os aliados estão insatisfeitos com o Planalto. Pessoalmente, acredito que o racha é evitável, ainda que o acúmulo de insatisfações possa afetar as composições para 2014. A origem de tanta insatisfação reside em alguns vetores. O primeiro deles centra-se na distribuição de cargos no governo, que não é balanceada. O segundo se refere ao processo de liberação de verbas.

O terceiro decorre da falta de atenção do Palácio para com os políticos, ao contrário do que acontecia na época de Lula. O quarto reside na difícil comunicação entre os políticos e os formadores de opinião com o ministério. A obtenção de audiências é difícil e o retorno de ligações é complicado. Há líderes da base que não conseguem falar com ministros e tem ministro que acumula mais de 500 pedidos de audiência sem resposta.

O quinto vetor está no fato de que aliados de espécies diferentes tendem a se estranhar. Aparentemente, o Palácio não se importa com isso. Como se os sentimentos e as reclamações fossem uma espécie de choro destinado a obter compensações. É verdade. O político, mesmo bem atendido, sempre se mostrará insatisfeito. Afinal, a sede de poder é insaciável. Quanto mais, melhor. Portanto, seria mais prudente manter uma política de boa vizinhança com os aliados. Porém, a dinâmica instalada sinaliza para um racha em 2014, ainda que este seja evitável.

E quais seriam os cenários do racha? Cito apenas dois. O PSB e o PDT, por exemplo, sairiam da base e lançariam Eduardo Campos na disputa pela Presidência com o apoio, talvez, de Aécio Neves. Ambos, para quem não sabe, têm uma relação íntima na política, inclusive com apoios estratégicos recíprocos em outras épocas. Aparentemente, nas atuais circunstâncias, apenas a candidatura de Lula poderia impedir Eduardo Campos de sair candidato.

Outro cenário de racha pode ocorrer com o PMDB, cujas lideranças já anunciaram, publicamente, que o partido está sub-representado no governo e que poderá ter candidato presidencial em 2014. Não acredito. Penso que o PMDB deve marchar com o PT, caso fique assegurada a vaga de vice-presidente e caso a presidente Dilma esteja com a popularidade elevada. O cenário é o de unidade da base. Seja com Dilma ou Lula.

Com Lula, a base política estaria unida e feliz. Com Dilma, ela pode ficar unida na dependência de diálogos e de compromissos.

Isso posto, qual a consequência da insatisfação dos aliados com o governo? A primeira é a ampliação do conflito, favorecendo o denunciamento de escândalos, tal como ocorreu em 2011. A segunda é a sabotagem nas votações de interesse do governo. Por fim, o apoio a iniciativas da oposição, por meio de convocações e audiências públicas. Um governo exitoso deve operar tanto econômica quanto politicamente de forma competente. Quanto mais popular for, maior deve ser a interação com os formadores de opinião, tendo em vista a preservação do ciclo virtuoso. A falta de uma maior sensibilidade política pode, em um dado momento, fazer falta.

-----

Quanto mais popular um governo for, maior deve ser a interação com os formadores de opinião



## VALOR ECONÔMICO -SP | POLÍTICA

POLITICA  
17/01/2012

### Partidos receberão recursos públicos recordes em ano eleitoral

Por Cristiane Agostine | De São Paulo

Os partidos políticos começaram o ano eleitoral com uma verba recorde de R\$ 324,7 milhões prevista para o Fundo Partidário. São R\$ 100 milhões a mais do que o governo federal havia proposto para o fundo, que é considerado um instrumento para financiar campanhas políticas com recursos públicos.

Os recursos extras para turbinar candidaturas em todo o país foram garantidos por parlamentares em uma articulação no Congresso, durante a tramitação do Orçamento de 2012, no fim do ano passado.

O incremento garantiu a previsão de R\$ 16,6 milhões a mais para o PT, que deve receber neste ano eleitoral R\$ 53,9 milhões.

O PMDB, com a segunda maior fatia do Fundo Partidário, deve receber R\$ 41,6 milhões.

Somados, os dois maiores partidos da base governista têm cerca de 30% dos recursos do Fundo Partidário. Já as duas maiores legendas da oposição, juntas, têm 20% do fundo. O PSDB receberá R\$ 37,7 milhões e o DEM, R\$ 24 milhões.

Além do reforço a candidaturas, a verba extra poderá ajudar as legendas a saldarem dívidas de campanhas anteriores. O PT, sigla que detém a maior fatia do Fundo Partidário (16,6% do total), pagou no ano passado a dívida estimada em R\$ 3,85 milhões, de 2003, com os bancos Rural e BMG. Segundo a assessoria de imprensa do partido, parte dos recursos para o pagamento dessa dívida veio do fundo.

Ao ampliar os recursos do Fundo Partidário para o Orçamento de 2012, os parlamentares repetiram a estratégia usada no Orçamento de 2011, quando também acrescentaram R\$ 100 milhões ao valor proposto pelo governo, aumentando-o de R\$ 201 milhões para R\$ 301 milhões. Na época, o incremento foi visto como uma ajuda aos partidos, em especial PT e PSDB, para pagar as dívidas da campanha presidencial de 2010.

O PT informou que não usou o Fundo Partidário para saldar a dívida de R\$ 27,7 milhões da campanha de Dilma Rousseff à Presidência. De acordo com a assessoria do partido, com a eleição de Dilma ao cargo, o PT recebeu "muitas doações", que foram usadas para solucionar o problema.

O tesoureiro do partido, João Vaccari Neto, informou, via assessoria, que a sigla também já saldou dívidas da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006 e disse que a maior credora do partido continua a ser a Coteminas, empresa fundada por José Alencar, vice-presidente morto no ano passado. A dívida foi contraída em 2004 na compra de 2,75 milhões de camisetas para a eleição daquele ano.

O PSDB, que saiu da disputa presidencial de 2010 com uma dívida de R\$ 9,6 milhões da campanha de José Serra, não

informou até o fechamento desta edição qual é a situação financeira do partido, nem se manifestou sobre o uso do Fundo Partidário.

De acordo com a legislação eleitoral, o fundo pode ser usado para "o alistamento e campanhas eleitorais", para a propaganda doutrinária e política e para a manutenção das sedes e serviços do partido. "Sem dúvida nenhuma esse dinheiro será usado como forma de financiamento público de campanha", comenta o advogado Alberto Rollo, especialista em legislação eleitoral. "O dinheiro desse fundo é para todas as atividades do partido, desde a divulgação até a campanha", explica Rollo. O aumento de R\$ 100 milhões deverá beneficiar também fundações e institutos partidários, que são mantidos com verbas desse fundo.

O advogado especialista em legislação eleitoral ressalta que o dinheiro do Fundo Partidário pode ser usado no financiamento de campanhas políticas, mas os recursos arrecadados pelas candidaturas não podem ser usados pelas legendas.

De acordo com a legislação eleitoral, o Fundo Partidário não pode ser menor do que R\$ 181,2 milhões, em um cálculo que leva em conta o número de eleitores do país. O fundo é alimentado predominantemente por recursos públicos, do Orçamento da União, e por multas eleitorais.

A divisão dos recursos entre os partidos é feita de acordo com a proporção de votos obtidos para a Câmara dos Deputados, apesar de um pequeno percentual do fundo ser dividido igualmente entre os partidos.

O relator do Orçamento de 2012, deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), foi procurado pela reportagem para comentar a articulação que levou a esse aumento de R\$ 100 milhões no Fundo Partidário, mas até o fechamento desta edição não respondeu aos pedidos de entrevista.



## VALOR ECONÔMICO -SP | POLÍTICA

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  
17/01/2012

### Dilma veta recriação de imposto para saúde

Por Yvna Sousa | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem, com 15 vetos, a lei que regulamenta a Emenda Constitucional 29. A emenda fixa os percentuais mínimos de investimento em saúde pela União, Estados e municípios. Os vetos sepultam a tentativa do Congresso Nacional de criar a Contribuição Social para a Saúde (CSS), tributo que seria sucedâneo da CPMF, extinta em 2007. A sanção foi publicada no "Diário Oficial" de ontem.

De acordo com a Emenda 29, os Estados e o Distrito Federal deverão aplicar na área de saúde 12% dos **impostos** arrecadados e os municípios, 15%. O governo federal deve aplicar o mesmo valor empenhado no ano anterior, acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Seguindo esta regra, o Orçamento da União para 2012 reserva R\$ 92,1 bilhões para o setor.

Um dos vetos feitos pela presidente ajuda o governo federal a cumprir sua parte. O texto aprovado pelos parlamentares em dezembro do ano passado estipulava que, em caso de revisão do PIB para cima pelo IBGE, um procedimento comum, o governo teria que autorizar a liberação de créditos adicionais para "promover os ajustes correspondentes".

"O PIB apurado a cada ano passa por revisões periódicas nos anos seguintes, conforme metodologia específica, de modo que a necessidade de constante alteração nos valores a serem destinados à saúde pela União pode gerar instabilidade na gestão fiscal e orçamentária", justificou a presidente.

O líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP), criticou, por meio de nota, a alteração do texto. "Ou seja: menos dinheiro para hospitais, remédios e material hospitalar, por exemplo. Mais uma vez, o governo federal foge de suas responsabilidades e joga o peso das contas da saúde nas costas de Estados e municípios", afirmou.

Nogueira disse ainda que assim que as atividades do Legislativo forem retomadas, em fevereiro, o PSDB vai pedir que o presidente José Sarney (PMDB-AP) convoque sessão do Congresso para analisar os vetos de Dilma à Emenda 29. Os parlamentares conseguiriam mudar a decisão da presidente se obtivessem o apoio de, no mínimo, 257 deputados e 42 senadores, tarefa difícil, uma vez que a coalizão governista tem 15 partidos.

"Caso não alcance êxito, o partido já estuda medidas que possam garantir a breve apreciação desses vetos e dos demais que se encontram "engavetados" desde o ano passado", completa a nota da liderança do PSDB.

Dilma também vetou um trecho que impedia a utilização de operações de crédito para financiar o setor, pois, segundo ela, o dispositivo criava "empecilhos injustificados a uma forma legal de obtenção e de gestão dos recursos disponíveis".

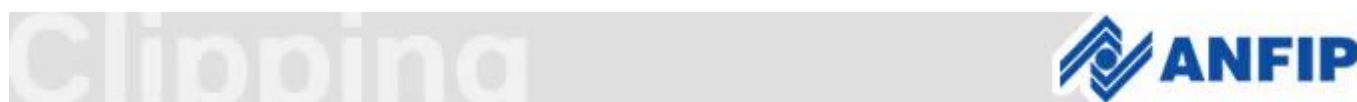
Outra importante intervenção da presidente está no veto a todas as partes do texto que faziam referência à Contribuição Social para a Saúde (CSS). A proposta de um novo imposto para financiar o setor, nos moldes da extinta CPMF, foi incluída na Câmara. No entanto, na votação em plenário, em setembro, a oposição conseguiu apoio suficiente e rejeitou o trecho do projeto que tratava da base de cálculo do tributo.

Na prática, isso inviabilizou a criação imediata do imposto, mas deixou brechas para uma regulamentação posterior. Com os vetos da presidente, a CSS é sepultada de vez.

"Os dispositivos se referem à aplicação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), cuja criação foi retirada do projeto durante a tramitação, e às regras de aplicação progressiva para os Estados e municípios com término previsto para 2011, carecendo, assim, de qualquer efeito prático quando da promulgação da lei", afirmou Dilma na justificativa do veto.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, afirmou que, independentemente dos vetos, o projeto aprovado no Congresso foi desfigurado. Ele avalia que o correto seria definir um percentual fixo para investimento da União, por exemplo, os 10% propostos pelo senador Tião Viana (PT-AC) na primeira versão do projeto.

"Não só não se avançou, como se consolidou o subfinanciamento da saúde. Lutamos oito anos para regulamentar a emenda, mas houve retrocesso porque a lei consolidou algo que está mal", declarou.



## VALOR ECONÔMICO - SP | BRASIL

ECONOMIA  
17/01/2012

### Notas para as agências de risco

Por Antonio Delfim Netto

A reação do grande ex-presidente da França Valéry Giscard D'Estaing à decisão da agência calculadora de risco Standard & Poor's (S&P) de rebaixar a nota da França de AAA para AA+ foi certeira: "Do ponto de vista financeiro, ela é absurda. Sempre pagamos as nossas dívidas. Depois da Segunda Guerra, eu mesmo fui aos Estados Unidos levar o nosso cheque de pagamento da dívida".

Afinal qual é a delas (S&P, Moody's e Fitch)? Estarão, como alguns desinformados acreditam, a serviço da volatilidade tão prazerosa dos especuladores financeiros de Wall Street? Terão por acaso melhorado tecnicamente? Há menos de três anos, classificavam como AAA estranhos "pacotes" que seus clientes vendiam a incautos e honestos investidores.

É pouco provável que haja algum efeito dessa decisão que já não estivesse incorporado pelos mercados. Podemos ter alguma volatilidade no curto prazo, mas pequenos efeitos no longo. Uma interpretação benigna é que a S&P estaria tentando acelerar a solução do problema europeu.

No seu comunicado, ela afirma que "as iniciativas tomadas pelos líderes europeus nas últimas semanas podem ser insuficientes para atacar completamente problemas sistêmicos da zona do euro". Puro palavrório. Principalmente quando

levamos em conta quando manifesta sua preocupação "com o fraco crescimento", sem esclarecer qual a mágica que poderia melhorá-lo.

Não parece que problemas "sistêmicos" da Eurolândia possam ser melhor solucionados com o rebaixamento da nota da França. Junto com a Alemanha, é fiadora do European Financial Stabilization Facility (EFSF), que toma recursos no mercado a taxas mais baixas para repassá-los aos países que têm dificuldades de colocar os seus papéis. Nesta semana vamos saber qual o efeito da medida sobre a taxa de juros da dívida francesa (que pagava, antes da ação da S&P, 3,08% ao ano para títulos de dez anos).

O comportamento da S&P apoia-se em fato discutível: a solução deveria ser muito mais rápida. Trata-se do típico sinal da arrogância do sistema financeiro. O que fazer com as leis dos países e suas democracias?

A decisão foi extemporânea, principalmente depois da mudança da política do Banco Central Europeu. Este passou a emprestar aos bancos e se esforça para reduzir a possibilidade de uma queda do crédito dentro dos países, o que reduziria ainda mais o crescimento econômico tão desejado (corretamente) pela S&P.

A ação do BCE está ampliando a liquidez e tendendo a desvalorizar o euro. Este fechou em 13 de janeiro, a US\$ 1,267, a menor cotação em um ano e meio, o que deve ajudar a ampliar as exportações dos países para fora da Eurolândia.

Isso acrescentará um pouco mais de energia externa ao seu crescimento econômico em 2012, hoje estimado em - 0,7% (Alemanha, 03,%; França, -0,6% e Itália, -1,7%).

A medida foi também extemporânea, porque prejudica a própria "solução" desejada (pelo menos vocalmente) pela S&P. Do ponto de vista lógico, seria difícil à S&P manter a nota AAA para os papéis da EFSF, que ela acabou de rebaixar para AA+. Se o mercado a levar a sério (é o que resta saber), aumentará os custos de sua captação e, logo, os custos dos países que recebem os seus recursos, dificultando a solução e acrescentando mais problemas aos "sistêmicos" referidos por ela.

A dúvida sobre sua credibilidade é perfeitamente razoável diante dos efeitos nos papéis do Tesouro Americano depois do seu rebaixamento de AAA para AA+. Os juros dos papéis de um mês caíram de 0,015% no 3º trimestre de 2011, para 0,010% no dia 12 deste mês; e os de dez anos, de 2,8%, em 2011, para 1,9%.

Entre 10 e 12 de janeiro, o Tesouro Americano colocou nada menos do que US\$ 120 bilhões a taxas de juros decrescentes e com demanda/oferta superiores a 4,5 (até 6 meses) e de 3,3 (10 e 30 anos). E o Bundesbank, operador do Tesouro alemão, colocou, em 9 de janeiro, € 3,9 bilhões com papéis de seis meses a uma taxa de juro nominal negativa de 0,0122%, contra uma positiva de 0,0005% em 5 de dezembro de 2011.

A decisão da S&P foi ainda infeliz, porque, em 11 de janeiro, a Itália e a Espanha colocaram € 22 bilhões a custos menores do que anteriormente. Um sinal que os mercados estão acreditando nos novos governos de Mario Monti e Mariano Rajoy.

No caso italiano, colocou-se € 8,5 bilhões em papéis de 360 dias à taxa de 2,735% ao ano, contra 5,95% pagos em meados de dezembro de 2010 para os mesmos papéis. Apenas para dar outro sinal, os papéis do Tesouro espanhol, de três anos, foram vendidos à taxa de 3,384% ao ano, contra papéis de mesma maturidade, que pagaram 5,187% em meados de dezembro de 2011.

Há, portanto, indícios claros de avanço na Eurolândia, com exceção do caso grego, onde as discussões foram suspensas para "novas reflexões entre os credores e o governo", para estimar o "haircut" que deve ser estabelecido...

Que nota uma agência de risco daria ao exibicionismo destrutivo e deselegante da S&P? Um D, naturalmente, pela inadiplência no seu papel na procura de solução dos problemas sistêmicos da Eurolândia!

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras

E-mail [contatodelfimnetto@terra.com.br](mailto:contatodelfimnetto@terra.com.br)

**BRASIL ECONÔMICO | BRASIL**ECONOMIA  
17/01/2012**Agência francesa prevê expansão menor para o Brasil em 2012**

Avaliação é de que a crise mundial vai encarecer o custo de financiamento das empresas

Mônica Silvaes

A economia brasileira vai crescer menos que o esperado também em 2012 em razão da crise mundial que aumentará os riscos para as empresas e elevará os custos de financiamento. A análise é da Coface, uma agência de seguros e análise de risco francesa com escritório no Brasil, que prevê expansão de 3% para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano, contra projeção de 3,5% do Banco Central do Brasil e estimativa entre 4% e 5% do Ministério da Fazenda.

Embora projete crescimento menor para o país, a agência, que realizou ontem sua conferência anual em Paris, manteve o "rating" (nota de risco) do Brasil em A3 -numa escala de baixo risco de A1, A2, A3, A4, e risco elevado B, C, D. A agência destaca que existem riscos, como a vulnerabilidade a choques externos ou o elevado custo do crédito, mas ressalta que o país tem cumprido os pagamentos de suas dívidas. "A experiência de pagamentos do Brasil está melhor", disse ao Diário Económico Bart Pattyn, presidente da Coface América Latina.

O problema, segundo a agência, é o elevado custo de financiamento das empresas, que aumentou nos últimos anos e expôs uma parte das companhias aos riscos cambiais. Ainda assim, a Coface não prevê uma desvalorização do real neste ano.

Outro fator apontado como preocupante pela Coface foi o endividamento das empresas no mercado interno. A avaliação é de que essas companhias poderão ser afetadas caso os bancos locais repassem os aumentos de custos para os financiamentos, o que pode provocar uma quebra na rentabilidade das empresas.

Além disso, Bart Pattyn considera que com a ascensão da classe média brasileira e o aumento do consumo das famílias pode haver um avanço no déficit da conta corrente do Brasil com o exterior, devido à maior demanda por produtos importados.

Esta tendência, alerta a Coface, deverá elevar a necessidade de financiamento do país, que, ainda assim deverá ser coberto pelos fluxos de capitais estrangeiros, por meio dos investimentos estrangeiros diretos.

-----  
Embora projete crescimento menor para este ano, a Coface manteve a nota de risco brasileira em A3

**BRASIL ECONÔMICO | BRASIL**ECONOMIA  
17/01/2012**Corte nos juros é unânime, mas tamanho do ajuste ainda é dúvida**

ANALISE COPOM

Priscila Dadona

Os sinais mais otimistas para a economia doméstica, aventados com a divulgação do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), ontem, não alteraram as projeções para a decisão de juros amanhã. É consenso entre dez instituições ouvidas pelo BRASIL ECONÔMICO de que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve cortar a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual para 10,5% ao ano (leia mais na pg 34).

Apesar da unanimidade em relação à primeira reunião do Copom do ano, nem todos os economistas estão confiantes de que a Selic chegue ao final de 2012 em um dígito. "Não seria cuidadoso da parte do governo reduzir muito os juros no curto prazo, pois seria muito ruim cortar agora e voltar a subir no final do ano", adverte André Perfeito, economista da Gradual Investimentos.

Por outro lado, Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora, acredita que o próprio governo vem demonstrando, por meio de comunicados e declarações à imprensa de que está disposto a "tolerar" uma inflação um pouco acima da meta para garantir um crescimento econômico em 2012.

"Não tem porque ele parar em março. Estudos demonstraram que o impacto da inflação um pouco acima da meta sobre o crescimento é pequeno em relação ao efeito que uma Selic a 9,5% provoca."

Controvérsias à parte, o que o mercado aguarda, agora, é a sinalização por parte do BC sobre os próximos passos de política monetária. "Sinais mais otimistas para a indústria e para a economia aumentaram o risco de não termos um terceiro corte em maio. Mas não alteram a projeção de duas quedas", afirma Alessandra Ribeiro, economista da Tendências Consultoria. "O início de ano mostra importantes fatores de pressão inflacionária: educação e alimentação. Com isso, o início do ano pode dar uma noção da "cara" da inflação em 2012", diz Thais Zara, economista da Rosenberg Consultores Associados.

Octavio de Barros, chefe do Departamento Econômico do Bradesco, chama à atenção para o último Relatório Trimestral de Inflação, que projetou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 5,6% em 2012, acima da meta de 4,5%. "O comunicado divulgado junto com a decisão, bem como alguns indicadores de atividade, podem influenciar as expectativas do mercado sobre o viés para a magnitude do ciclo e os movimentos do BC nas próximas reuniões."

Clipping



## VALOR ECONÔMICO - SP | BRASIL

ECONOMIA  
17/01/2012

### Mercado reduz projeções para crescimento

Por De São Paulo

O mercado reduziu as projeções para o crescimento da economia e para a inflação de 2012, enquanto manteve estável suas expectativas para a taxa básica de juros. As projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recuaram de 3,3% para 3,27%, indicou o boletim Focus, do Banco Central (BC), divulgado ontem. Para 2013 as previsões para o PIB se mantiveram em 4,2% de crescimento entre a divulgação anterior e atual do boletim. Há um mês as projeções apontavam para avanço 4,4% para o PIB no próximo ano.

A projeção de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano recuou ligeiramente, para 5,3%, após estimativa de 5,31% na semana passada. Há quatro semanas o mercado previa inflação de 5,39% em 2012. Para 2013 o mercado estima IPCA em 5%.

Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que indicam ais o movimento dos preços no atacado, as projeções para este ano apontam para 5,01%, o que representa queda em relação à leitura anterior, quando a estimativa estava em 5,07%. Há um mês as previsões apontavam para IGP-M em 5,17%. Para o próximo ano, a estimativa para o IGP-M é de alta de 4,94%, o que representa queda em relação aos 4,92% estimados há uma semana, sempre considerando a previsões do boletim Focus.

Em relação à taxa básica de juros (Selic) as projeções para o fim deste ano permaneceram estáveis, pela quinta semana consecutiva, em 9,50%. Para o fim de 2013 a taxa de juros projetada é de 10,25%, valor igual ao previsto na semana anterior. No câmbio houve manutenção das estimativas, com dólar a R\$ 1,78 no fim de 2012, valor maior que o R\$ 1,77 registrado na

## BRASIL ECONÔMICO | BRASIL

ECONOMIA  
17/01/2012

### Imagem política do país é aquém da econômica

Cláudia Bredarioli

Percepção de executivos latino-americanos é de que corrupção e burocracia são altas no Brasil

Que o Brasil tem todas as condições econômicas para continuar crescendo e, cada vez mais, liderar o desenvolvimento latino-americano parece não haver dúvida. Mas a percepção regional sobre o país nem sempre tem sido tão positiva quando o assunto é a política. Um levantamento realizado pela IE Business School, de Madri, com 328 diretores de empresas de 18 países da América Latina, aponta que a imagem brasileira apresenta distanciamento quando se trata de comparar o desempenho político com o econômico do país.

"O que tem prejudicado a imagem política brasileira é que, tanto com Lula quanto com Dilma, a percepção que se tem é que o nível de corrupção é muito alto", afirma Igor Galo, diretor da IE Business School e responsável pelo relatório de pesquisa. "Economicamente, porém, o Brasil é visto como a locomotiva latino-americana, tendo realizado o grande feito de criar uma classe média forte, que sustenta o consumo interno e abre possibilidades às empresas."

Os executivos entrevistados para a pesquisa atribuíram média 6,97 (em variação de 0 a 9) ao papel econômico do Brasil regionalmente, enquanto a nota para o papel político ficou em 5,93. Os países nos quais os desempenhos econômico e político apresentaram as maiores disparidades foram Uruguai (com nota 6 para a economia e 4 para a política) e Chile (com 7,7 e 5,5, respectivamente).

Segundo o estudo, outra questão que afeta fortemente o desempenho do Brasil é a burocracia, pois prejudica também o ambiente econômico. No relatório Doing Business, do Banco Mundial, que mensura as facilidades de realização de negócios em 183 países, o Brasil ocupa a sofrível 126ª colocação. "O ambiente de negócios chileno, por exemplo, é muito melhor que o brasileiro. Precisamos urgentemente de uma reforma política e do fim da sistematização da propinagem para que o país evolua em termos políticos e institucionais", diz Júlio Hegedus Netto, economista do Instituto Milleninum. "Estamos no caminho. O atual governo mostra esforços para tentar reverter essa situação, mas não alcançamos o amadurecimento ainda."

Para Igor Galo, além do aprimoramento político, o Brasil também deve aproveitar o momento para abrir ainda mais seu mercado. "Alguns diretores com os quais falamos se queixam de que o Brasil é extremamente protecionista e isso pode desestimular os empresários da região aos negócios, até mesmo sugerindo que seus governos taxem a entrada de produtos brasileiros. Isso já ocorre com a Argentina às vezes, mas também poderá ocorrer com outros países, na medida em que crescer o fluxo de comércio regional", sugere.

-----

"Economicamente, o Brasil é visto como a locomotiva latino-americana, tendo realizado o grande feito de criar uma classe média forte, que sustenta o consumo interno e abre possibilidades às empresas

Igor Galo

Diretor da IE Business School

**VALOR ECONÔMICO -SP | FINANÇAS**ECONOMIA  
17/01/2012**Investidores ampliam aposta em câmbio**

Por Jessica Mead e Katie Martin | The Wall Street Journal

O mercado de câmbio está ganhando novos fãs entre fundos de hedge e administradores de fundos globais focados em macroeconomia, à medida que uma correlação mais forte entre as cotações de moedas e de outros ativos leva investidores a usar o câmbio como um substituto de outros mercados.

Com o persistente estado de crise na zona do euro durante o último ano, as principais classes de ativos estão agora movendo-se em linha, deixando a cotação do euro versus o dólar e o retorno das bolsas dos Estados Unidos em correlação quase constante.

O preço do petróleo e a cotação do euro estão também emparelhados de modo pouco usual, assim como a ligação do dólar australiano com as bolsas mundiais. Para alguns investidores, essa tendência é frustrante, porque dificulta os seus esforços de diversificar retornos. Mas outros a veem como um sinal de que podem usar operações com câmbio como um substituto de ativos menos líquidos.

"Com o desfecho da crise da zona do euro ainda muito incerto, investidores usam o euro [...] para expressar a visão deles do rumo que a saga está tomando. Acessar mercados de câmbio é geralmente muito mais fácil e barato do que operar diretamente no mercado de títulos de dívida ou de ações de um determinado país", disse Des Morris, diretor do serviço de clientes institucionais, no Reino Unido, da Wegelin Asset Management Funds SICAV - parte do Wegelin, o mais antigo banco suíço. A Wegelin Asset Management tem 1,6 bilhão de francos suíços (US\$ 1,68 bilhão) em ativos.

O dólar australiano é outro alvo. Exportações de commodities australianas, particularmente para a China, fazem com que a moeda fique ligada às perspectivas do crescimento global, do crescimento da China e das commodities como um todo. Isso a torna mais atraente para investidores que querem se expor a qualquer um desses três elementos.

"Operar com dólar australiano é um modo de expressar muitas visões macro, não apenas uma visão da Ásia", disse James Pearson, gerente do setor de câmbio à vista do Royal Bank of Scotland.

A liquidez do câmbio está se tornando suficiente para atrair operadores especulativos, segundo Pearson. "É um bom meio de proteger outras exposições", disse ele.

Outros bancos dizem que seus clientes estão cada vez mais voltando-se para o câmbio. "O [índice Standard & Poor's de 500 ações] e o dólar australiano têm uma correlação de cerca de 78%. Então, muitos clientes estão se perguntando: por que operar com o S&P? O mercado de câmbio está aberto 24 horas por dia, você pode operar a uma velocidade de 13 milissegundos, você tem custos de transação muito, muito baixos e você pode operar em grandes volumes", disse Anil Prasad, gerente global de câmbio e taxas de mercados emergentes do Citigroup, em Londres.

"Nenhum outro grande ativo apresentou o tipo de crescimento em volume que tivemos com o câmbio no ano passado. Para nós, os volumes do câmbio cresceram 30%, mais ainda com alguns clientes de segmentos como clientes institucionais e bancos de atacado."

Ontem, o Citigroup lançou um sistema de negócios de câmbio novo e mais rápido, em parte para ajudar a lidar com esses novos clientes. O sistema vai operar apenas com câmbio no princípio, mas foi projetado para adicionar outros tipos de ativos com o tempo, começando com commodities e juros e, mais tarde, índices de ações e crédito.

Ainda assim, passar a operar em câmbio não é para qualquer um. A natureza de constante variação das correlações - a probabilidade de moedas continuarem alinhadas a outros ativos - fará alguns fundos hesitarem em incorporar o câmbio à rotina das suas estratégias de operação. Alguns fundos são impedidos pelos seus estatutos de se aventurarem em outras classes de ativos.

"Vai depender em grande parte do fundo. Alguns fundos são limitados pelo percentual de suas carteiras ou uma medida do valor em risco", disse Adrian Owens, diretor de investimentos que gerencia fundos de hedge de renda fixa e de câmbio para a

firma de investimento GAM. A empresa tem US\$ 60,2 bilhões em ativos sob gestão e é parte da GAM Holding AG.

Além disso, investir em moedas nem sempre gera retornos. Mesmo fundos de hedge focados no mercado de câmbio perderam 3% até outubro, segundo dados mais recentes disponíveis da Parker Global Strategies, que investe em fundos de hedge de câmbio. O ano passado foi amplamente considerado como um período negro para os operadores do mercado de câmbio.

Clipping



## BRASIL ECONÔMICO | EMPRESAS

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  
17/01/2012

### Proposta prevê reduzir IPI de game

Projeto de incentivo à criação de jogos de consoles e PCs no Brasil é uma extensão da Lei da Informática e precisa ser aprovado por duas Comissões

No início do mês passado, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para desenvolvedores de jogos de consoles e computadores, e também isenção de alíquotas de PIS e Cofins para importação de games. O projeto pretende enquadrar os videogames na mesma lei que reduz os **impostos** sobre os produtos de informática, de 1991.

Desta forma, as empresas com sede no Brasil e que investem em pesquisas relacionadas a jogos terão o IPI reduzido. O texto do projeto é de autoria do deputado Hugo Motta (PMDBPB) com colaboração de projetos dos deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Sandro Alex (PPS-PR) e Mauro Mariani (PMDB-SC) e ainda precisa ser aprovado por outras duas comissões: Constituição e Justiça e de Cidadania e de Finanças e Tributação.

Apesar de ainda não ser o esperado incentivo fiscal para fabricação local de consoles que, segundo a Nintendo, está em discussão com o governo há mais de cinco anos, a medida deixa as empresas otimistas. "Tudo que possa fomentar a categoria é positivo", diz Guilherme Camargo, gerente de Xbox na Microsoft.

No entanto, o projeto de incentivo ao desenvolvimento de games no Brasil pode esbarrar na falta de mão de obra especializada.

Uma pesquisa no site do Ministério da Educação mostra que, apesar de existirem hoje 38 cursos superiores voltados para jogos no país, apenas um deles tem duração superior a dois anos: design de games, oferecido pela Anhembí Morumbi, em São Paulo.

Para fomentar a formação de mão de obra nessa área, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) apresentou ao governo um projeto para criação de dez centros de excelência em engenharia e ciências da computação no Brasil. C.P.

-----

Se o projeto for aprovado, empresas com sede no Brasil que investirem em desenvolvimento de games no país terão incentivos fiscais

**FOLHA DE S. PAULO - SP | MUNDO**ECONOMIA  
17/01/2012**Com crise econômica na Grécia, famílias pedem socorro a ONGs**

Casais e mães solteiras buscam alimento para filhos e ajuda para aluguel

SABINE RIGHETTI

ENVIADA ESPECIAL A ATENAS

Aos 40 anos, a grega V. tem seis filhos e dois netos. Eles são filhos da sua mãe, solteira como a mãe.

Sem emprego há dois anos por causa da crise econômica que assola a Grécia há pelo menos o dobro desse tempo, V. procurou uma ONG para conseguir alimentar as oito vidas que dependem dela e com as quais divide um cômodo em Atenas.

Há cerca de 500 casos semelhantes a esse atendidos pela ONG SOS Children's Village na Grécia.

São casais ou mães solteiras -recentemente desempregados- que procuram ajuda para pagar o aluguel e comprar material escolar, comida, roupas e remédios.

"Esse tipo de demanda não existia há dois anos. Antes, só atendíamos crianças retiradas da guarda dos pais por maus-tratos", conta Stergios Sifnios, diretor de trabalho social da SOS.

A crise que assola o país -e que elevou a taxa de desemprego de 8%, em 2007, para cerca de 18% atualmente- afeta mais quem tem menos dinheiro e mais filhos.

Para conter gastos, as empresas cortam os trabalhadores com menos qualificação.

Segundo a SOS, os casos de abandono de crianças pelos pais não aumentaram na crise. "Os pais que não conseguem manter os filhos pedem ajuda", diz Sifnios.

Mas os relatos de maus-tratos têm sido mais frequentes. Esses casos costumam estar associados ao uso de álcool e de drogas -que cresce com o desemprego- e a problemas psiquiátricos dos pais.

"As instituições privadas e públicas que cuidam de crianças violentadas estão lotadas", diz Yannopoulos Costas, fundador e presidente da ONG The Smile of the Child.

Hoje, essa instituição abriga 280 crianças em lares pela Grécia. Nos últimos três anos, teve de recusar mais de mil crianças por falta de condições para abrigá-las.

Enquanto falava pessoalmente com a Folha em um prédio na zona sul de Atenas onde vivem 25 jovens abrigados, Costas recusava, pelo celular, mais uma criança.

Nesse caso, ela foi vítima de abandono. Era uma menina de quatro anos que fora deixada em um hospital no centro de Atenas pelo pai, que é do Sudão e disse que não voltaria para buscá-la.

De acordo com Costas, parte dos abrigos públicos fechou as portas nos últimos dois anos porque o governo está sem dinheiro. Em dezembro, a The Smile of the Child gastou € 1,5 milhão para manter as 280 crianças que abriga e as outras 18 mil que recebem apoio da ONG.

"Apesar da crise, ainda recebemos muitas doações. A Grécia está se unindo para ajudar quem precisa", diz Costas. "Mas nenhum grego acredita na melhora da economia."

**FOLHA DE S. PAULO - SP | MERCADO**ECONOMIA  
17/01/2012**Varejo brasileiro mira comércio em redes sociais**

DA ENVIADA A NOVA YORK

A venda de produtos por meio de redes sociais como Facebook ou Orkut é um dos temas de destaque abordados pelas redes de varejo brasileiras no evento anual do setor que acontece nesta semana em Nova York.

Criado em novembro, o Magazine Você, do Magazine Luiza, permite que qualquer usuário de Facebook e Orkut crie virtualmente sua seleção de produtos e venda a seus amigos, com comissões de 2,5% a 4,5%.

Por enquanto o modelo é restrito a funcionários e a intenção é abrir em breve para qualquer cliente da loja.

"Hoje são 700 lojas de colaboradores e familiares. Essa é uma estratégia importante, já que qualquer consumidor poderá ser nosso lojista porta a porta", afirmou Luiza Helena Trajano, criadora da rede de lojas.

**FOLHA DE S. PAULO - SP | MERCADO**ECONOMIA  
17/01/2012**Juros para pessoa física têm o menor nível desde 1995**

DE SÃO PAULO - A taxa de juros média para pessoa física atingiu em novembro o menor nível desde 1995, segundo a Anefac (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade).

Em dezembro, a taxa média ficou em 6,58%, um recuo de 1,35% em relação a registrada em novembro. Esse valor representa taxa de 114,84% ao ano. Para empresas, o índice médio foi de 3,87% ao mês.